



EDITAL

N.º de Registo	14226	Data	12/12/2017	Processo	2017/150.10.701/25
-----------------------	-------	-------------	------------	-----------------	--------------------

FERNANDA MARIA PEREIRA ASSEICEIRA, Presidente da Câmara Municipal de Alcanena:

Faz saber, em cumprimento do determinado no art.º 35.º, n.º1, alínea t), conjugado com o art.º 56º., ambos do anexo I à Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro, que se resumem no seguinte as deliberações tomadas por este Órgão Executivo, na reunião ordinária n.º 21 de 20 de novembro do corrente ano, destinadas a ter eficácia externa:

- Aprovada a ata da reunião ordinária da Câmara, realizada no passado dia seis de novembro de dois mil e dezassete.

- Designado, como representante do Município de Alcanena na RESITEJO – Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo, o Vereador Hugo André Silva Ferreira Santarém, nas faltas e impedimentos da Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara, que, por inerência de funções, é a representante legal do Município.

- Designada, como representante do Município de Alcanena na AMVT – Associação de Municípios do Vale do Tejo, a Vereadora e Vice-Presidente, Maria João Martins Antunes Gomez, nas faltas e impedimentos da Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara, que, por inerência de funções, é a representante legal do Município.

Mais, foi designado o Vereador Hugo André Silva Ferreira Santarém, podendo este ser substituído pelo Vereador Luís Miguel Martins Pires.

- Designada, como representante do Município de Alcanena na CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, a Vereadora e Vice-Presidente, Maria João Martins Antunes Gomez, sendo o apoio técnico do Município prestado pela Dirigente da DDHS – Divisão de Desenvolvimento Humano e Social, Isabel Carvalho.

- Designado, como representante do Município de Alcanena no Conselho Regional da CCDR-LVT – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, o Vereador Hugo André Silva Ferreira Santarém, nas faltas e impedimentos da Excelentíssima

¹ Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.



Senhora Presidente da Câmara, que, por inerência de funções, é a representante legal do Município.

- Designada, como representante do Município de Alcanena na entidade Turismo Centro de Portugal, a Vereadora e Vice-Presidente, Maria João Martins Antunes Gomez, nas faltas e impedimentos da Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara, que, por inerência de funções, é a representante legal do Município.

- Designado, como representante do Município de Alcanena na TAGUSGÁS – Empresa de Gás do Vale do Tejo, o Vereador Hugo André Silva Ferreira Santarém, nas faltas e impedimentos da Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara, que, por inerência de funções, é a representante legal do Município.

- Designado, como representante do Município de Alcanena na Médio Tejo Vinte e Um – Agência Regional de Energia e Ambiente do Médio Tejo e Pinhal Interior Sul, o Vereador Hugo André Silva Ferreira Santarém, nas faltas e impedimentos da Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara, que, por inerência de funções, é a representante legal do Município.

- Designado, como representante do Município de Alcanena na AUSTRA – Associação de Utilizadores do Sistema de Tratamento de Águas Residuais de Alcanena, o Vereador Hugo André Silva Ferreira Santarém, nas faltas e impedimentos da Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara, que, por inerência de funções, é a representante legal do Município.

- Designada, como representante do Município de Alcanena na ADIRN – Associação de Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte, a Vereadora e Vice-Presidente Maria João Martins Antunes Gomez, nas faltas e impedimentos da Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara, que, por inerência de funções, é a representante legal do Município.

- Designado, como representante do Município de Alcanena na ADSAICA – Associação para o Desenvolvimento das Serras de Aire e Candeeiros, o Vereador Luís Miguel Martins Pires, nas faltas e impedimentos da Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara, que, por inerência de funções, é a representante legal do Município.

- Designada, como representante do Município de Alcanena no Conselho Municipal da Educação, a Vereadora e Vice-Presidente Maria João Martins Antunes Gomez, sendo que a Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara, por inerência de funções, é a representante legal do Município.

¹ Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.



- Designado, como representante do Município de Alcanena na Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, o Vereador Luís Miguel Martins Pires, sendo que a Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara, por inerência de funções, é a representante legal do Município.
- Designado, como representante do Município de Alcanena na Comissão Municipal de Segurança, o Vereador Luís Miguel Martins Pires, sendo que a Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara, por inerência de funções, é a representante legal do Município.
- Designado, como representante do Município de Alcanena no Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal, o Vereador Luís Miguel Martins Pires, sendo que a Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara, por inerência de funções, é a representante legal do Município.
- Designado, como representante do Município de Alcanena no Comissão Distrital de Defesa da Floresta de Santarém, o Vereador Luís Miguel Martins Pires, sendo que a Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara, por inerência de funções, é a representante legal do Município. O Vereador será acompanhado pela Técnica Responsável pelo Gabinete Técnico Florestal Municipal, Patrícia Salamanqueiro de Campos.
- Designado, como técnico do Município na Comissão de Acompanhamento da AUSTRA – Associação de Utilizadores do Sistema de Tratamento de Águas Residuais de Alcanena, Luís Miguel Guerreiro Santos.
- Tomado conhecimento da equipa do Município responsável pela elaboração e dinamização do Plano Estratégico Educativo Municipal.
- Tomado conhecimento da Listagem dos despachos proferidos pela Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara, no período trinta e um de outubro a treze de novembro de dois mil e dezassete, no uso dos poderes delegados pela Câmara na reunião de vinte de outubro de dois mil e dezassete.
- Tomado conhecimento do Despacho de Adjudicação/Venda de garagem a Patrícia Seguro Henriques Monteiro, na sequência de Hasta Pública para Alienação de Imóveis Municipais – Garagens sitas na Praceta Doutor Francisco Sá Carneiro, em Alcanena, ou arrendamento,

¹ Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.



caso não haja interessados na compra, no uso dos poderes delegados pela Câmara, na reunião de vinte de outubro de dois mil e dezassete, referente à “aquisição, alienação ou oneração de bens imóveis de valor até mil vezes superior à Remuneração Mínima Mensal Garantida”.

- Tomado conhecimento do Visto do Tribunal de Contas referente ao Terceiro Aditamento ao contrato de empréstimo do processo de Empréstimo Médio Longo Prazo celebrado com o Banco BPI – Banco Português de Investimento, Sociedade Aberta, em quinze de maio de dois mil e dezassete, até ao valor de três milhões, oitocentos e setenta e oito mil euros, com vista ao financiamento da contrapartida nacional de investimentos financiados por fundos comunitários.

Remeter à Assembleia Municipal, para conhecimento.

- Tomado conhecimento do Despacho de atribuição de topónimo proposto pela União das Freguesias de Alcanena e Vila Moreira, para a Rua do Cabeço Redondo, sita em Gouxaria, União das Freguesias de Alcanena e Vila Moreira, cuja rua se inicia, à direita, no artigo rústico número setenta e seis, secção B, Alcanena, à esquerda, no artigo rústico número cento e vinte e dois, secção B, Alcanena, e termo na Rua do Aroal. O presente despacho foi exarado no uso dos poderes delegados pela Câmara, na reunião de vinte de outubro de dois mil e dezassete, referente à alínea ss), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, que estabelece que compete à Câmara Municipal “Estabelecer a denominação das ruas e praças das localidades e das povoações, após parecer da correspondente junta de freguesia”.

- Tomado conhecimento do Despacho de atribuição de topónimo proposto pela União das Freguesias de Malhou, Louriceira e Espinheiro, para a Rua dos Moinhos de Vento, sita em Louriceira, União das Freguesias de Malhou, Louriceira e Espinheiro, cuja rua se inicia na Rua Vinte e Cinco de Abril e termina no Artigo rústico número oitenta e sete, secção M, Louriceira. O presente despacho foi exarado no uso dos poderes delegados pela Câmara, na reunião de vinte de outubro de dois mil e dezassete, referente à alínea ss), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, que estabelece que compete à Câmara Municipal “Estabelecer a denominação das ruas e praças das localidades e das povoações, após parecer da correspondente junta de freguesia”.

¹ Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.



- Tomado conhecimento dos Compromissos Plurianuais assumidos no Período de cinco de agosto de dois mil e dezassete a catorze de outubro de dois mil e dezassete e remeter à Assembleia Municipal, nos termos da lei.
- Aprovada a atribuição de um apoio pecuniário de quinhentos euros ao Grupo Desportivo e Recreativo da Graça, na sequência da realização das Festas Populares em Honra de Nossa Senhora da Graça, que decorreram entre vinte e cinco e vinte e oito de agosto de dois mil e dezassete.
- Aprovada a transferência de mil quatrocentos e sessenta e nove euros e nove cêntimos para a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, relativa à comparticipação financeira no Projeto “Educação de Excelência no Médio Tejo (Despesa Corrente).
- Aprovada a transferência de mil cento e setenta e três euros e oitenta e dois cêntimos para a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, relativa à comparticipação financeira no Projeto “Afirmação Territorial no Médio Tejo (Despesa Corrente).
- Autorizado o lançamento de procedimento de Hasta Pública para arrendamento, como possibilidade de compra, de imóvel municipal – Fração G do edifício denominado Complexo Social José Policarpo Lopes da Silva, em Vila Moreira.
- Indeferido o pedido de redução de tarifas de saneamento e resíduos sólidos urbanos relativamente à fatura número dois mil e dezassete zero zero zero quatro cinco dois um sete, emitida em dezassete de agosto de dois mil e dezassete, em nome de António Manuel Vizinho Lopes, pela Luságua Alcanena – Gestão de Águas, Sociedade Anónima, respeitante ao período de faturação de treze de julho a onze de agosto de dois mil e dezassete, por não estarem reunidas as condições para o efeito, constantes do Edital datado de vinte e sete de novembro de dois mil e treze, uma vez que o pedido foi entregue após os trinta dias definidos no referido Edital, concedendo prazo de audiência prévia, ao abrigo do Código do Procedimento Administrativo.
- Deferido o pedido de redução de tarifas de saneamento e resíduos sólidos urbanos relativamente à fatura dois mil e dezassete zero zero zero cinco um seis um três, emitida em quinze de setembro de dois mil e dezassete pela firma Luságua Alcanena – Gestão de Águas Sociedade Anónima, em nome de António Manuel Vizinho Lopes, respeitante ao período de faturação de doze de agosto a doze de setembro de dois mil e dezassete, por estarem reunidas as condições para o efeito, constantes do Edital datado de vinte e sete de novembro de dois mil e treze.

¹ Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.



- Indeferido o pedido de redução de tarifas de saneamento e resíduos sólidos urbanos relativamente às faturas números dois mil e dezassete zero zero zero quatro três oito zero sete, emitida em onze de agosto de dois mil e dezassete, e dois mil e dezassete zero zero zero cinco zero sete nove oito, emitida a doze de setembro, em nome de António Lúcio Casal Constantino, pela Luságua Alcanena – Gestão de Águas, Sociedade Anónima, respeitantes ao período de faturação de oito de julho a oito de agosto e de nove de agosto a sete de setembro de dois mil e dezassete, por não estarem reunidas as condições para o efeito, constantes do Edital datado de vinte e sete de novembro de dois mil e treze, uma vez que o pedido foi entregue após os trinta dias definidos no referido Edital, concedendo prazo de audiência prévia, ao abrigo do Código do Procedimento Administrativo.

- Deferido o pedido de redução de tarifas de saneamento e resíduos sólidos urbanos relativamente à fatura dois mil e dezassete zero zero zero cinco seis dois sete dois, emitida em doze de outubro de dois mil e dezassete pela firma Luságua Alcanena – Gestão de Águas Sociedade Anónima, em nome de António Lúcio Casal Constantino, respeitante ao período de faturação de oito de setembro a dez de outubro de dois mil e dezassete, por estarem reunidas as condições para o efeito, constantes do Edital datado de vinte e sete de novembro de dois mil e treze.

- Indeferido o pedido de redução de tarifas de saneamento e resíduos sólidos urbanos relativamente à fatura número dois mil e dezassete zero zero zero cinco três seis oito cinco, emitida em vinte e sete de setembro de dois mil e dezassete, em nome de Arminda Costa Galo, pela Luságua Alcanena – Gestão de Águas, Sociedade Anónima, respeitante ao período de faturação de vinte e cinco de agosto a vinte e cinco de setembro de dois mil e dezassete, por não estarem reunidas as condições para o efeito, constantes do Edital datado de vinte e sete de novembro de dois mil e treze, uma vez que o pedido foi entregue após os trinta dias definidos no referido Edital, concedendo prazo de audiência prévia, ao abrigo do Código do Procedimento Administrativo.

- Deferido o pedido de redução de tarifas de saneamento e resíduos sólidos urbanos relativamente à fatura dois mil e dezassete zero zero zero seis zero dois dois cinco, emitida em vinte e sete de outubro de dois mil e dezassete pela firma Luságua Alcanena – Gestão de Águas Sociedade Anónima, em nome de Arminda Costa Galo, respeitante ao período de faturação de vinte e seis de setembro a vinte e seis de outubro de dois mil e dezassete, por estarem reunidas as condições para o efeito, constantes do Edital datado de vinte e sete de novembro de dois mil e treze.

¹ Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.



- Ratificados os procedimentos tomados e aprovado o despacho registado com o número treze mil e oito, datado de dez de novembro do corrente, e demais procedimentos inerentes à Contratação de Empréstimo de Curto Prazo, para o ano de dois mil e dezoito, no valor de quinhentos mil euros.
- Deliberado, igualmente, remeter à Assembleia Municipal, ao abrigo do número dois, do artigo quinquagésimo, da Lei número setenta e três/dois mil e treze, de três de setembro, para autorização de contratação, ao abrigo da alínea f, do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, para aprovação.
- Aprovados os Documentos Previsionais e Mapa de Pessoal, para dois mil e dezoito, ao abrigo da alínea c), do número um, do artigo trigésimo, do Anexo I, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro.
- Remeter à Assembleia Municipal para aprovação, ao abrigo da alínea a) do número um, do artigo vigésimo quinto, da supracitada lei.
- Tomado conhecimento da Alteração número cinquenta e cinco ao Orçamento e número quarenta e sete às Grandes Opções do Plano.
- Tomado conhecimento da Alteração número cinquenta e seis ao Orçamento e número cinquenta às Grandes Opções do Plano.
- Tomado conhecimento da Autorização para realização de despesas correspondentes ao total dos documentos cabimentados no período de vinte e oito de outubro a nove de novembro de dois mil e dezassete, no valor global de quatrocentos e cinquenta e dois mil setecentos e sessenta e um euros e dez cêntimos.
- Tomado conhecimento da Relação dos compromissos efetuados no período de vinte e oito de outubro a nove de novembro de dois mil e dezassete, no valor de quatrocentos e sessenta e um mil e cento e noventa e nove euros.
- Tomado conhecimento da Relação das Ordens de pagamento autorizados por despacho, no período de vinte e oito de outubro a nove de novembro de dois mil e dezassete.
- Operações Orçamentais no valor total de cento e oitenta e quatro mil cento e dezanove euros e três cêntimos, correspondentes às autorizações números quatro mil seiscentos e oitenta e sete a quatro mil novecentos e onze;

¹ Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.



- Operações de Tesouraria no valor total de quarenta e seis mil quarenta e cinco euros e vinte e um cêntimos, correspondentes às autorizações números trezentos a trezentos e vinte e um.
- Tomado conhecimento da Relação dos pagamentos efetuados no período de vinte e oito de outubro a nove de novembro de dois mil e dezassete.
- Operações Orçamentais no valor total de quatrocentos e seis mil oitocentos e oitenta e quatro euros e trinta e sete cêntimos;
- Operações de Tesouraria no valor total de duzentos e vinte e cinco euros.
- Tomado conhecimento da Resumo Diário da Tesouraria do dia dezassete de novembro de dois mil e dezassete.
- Aprovados os Critérios de Participação para dois mil e dezoito do Orçamento Participativo Jovem do Município de Alcanena, ao abrigo da alínea u), do número um do artigo trigésimo terceiro do anexo I à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro.
- Ratificada a arrecadação da receita de seiscentos e quarenta e cinco euros, referentes a quinze inscrições que deram entrada na Delegação de Minde, referentes às inscrições na atividade Centros de Condição Física do Setor de Desporto e Tempos Livres e aprovada a arrecadação da receita que provenha de mais inscrições na referida atividade.
- Aprovada a transferência de seiscentos e sete euros e cinquenta e dois cêntimos para a Junta de Freguesia de Minde, ao abrigo do ponto três, da cláusula sexta do contrato de comodato, celebrado entre a Junta de Freguesia de Minde e o Município de Alcanena, referente às instalações para o funcionamento da Delegação da Câmara Municipal de Alcanena, em Minde, referente aos encargos decorrentes com a eletricidade, no ano de dois mil e dezassete.
- Deliberado propor à Assembleia Municipal a aprovação da abertura do procedimento de Aquisição de serviços número treze/dois mil e dezassete/DPGOM - Fiscalização, coordenação de segurança e serviços de arqueologia para a Empreitada de Redes de Saneamento de águas residuais dos Lugares de Covão Coelho e Vale Alto, no valor cento e quarenta e dois mil e cem euros, acrescido de IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado, à taxa legal em vigor, uma vez que a despesa apenas irá dar lugar a encargo orçamental no ano de dois mil e dezoito, conforme exige o disposto no artigo vigésimo segundo do Decreto-Lei número cento e noventa e sete/noventa e nove, de oito de junho, repristinado pela Resolução da Assembleia da República número oitenta e seis/dois mil e onze, de onze de abril, bem como propor à

¹ Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.



Asssembleia Municipal a autorização do compromisso plurianual, caso a adjudicação venha a ocorrer ainda em dois mil e dezassete.

- Autorizada a liberação de quinze por cento referente à caução da empreitada de Remodelação da Estrada de Minde Vale Alto, correspondente ao quarto ano após a receção provisória, ao abrigo do número dois do artigo terceiro, do Decreto-Lei número cento e noventa/dois mil e doze, de vinte e dois de agosto.

- Aprovada a revisão dos Acordos de Execução celebrados entre o Município de Alcanena e as Juntas e Uniões de Freguesia do concelho de Alcanena, a vigorar no mandato dois mil e dezassete-dois mil e vinte e um, ao abrigo da alínea l), do número um, do artigo trigésimo terceiro, do anexo I, à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze e submeter, nos termos do disposto na alínea m) do número um, do artigo trigésimo terceiro, do anexo I, à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, à Assembleia Municipal, para efeitos de autorização de celebração dos respetivos contratos, em conformidade com o preceituado na alínea k), do número um, do artigo vigésimo quinto da mesma lei.

- Aprovada a minuta de Acordo de Execução, a celebrar entre o Município de Alcanena e a Freguesia de Bugalhos, para o quadriénio dois mil e dezassete-dois mil e vinte e um, ao abrigo da alínea m), do número um, do artigo trigésimo terceiro, do anexo I, à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, cujo valor anual a atribuir é de quarenta e um mil e trezentos euros e cinquenta e nove cêntimos.

- Remeter à Assembleia Municipal, para aprovação, ao abrigo da alínea k), do número um, do artigo vigésimo quinto, do anexo Um, à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro.

- Aprovada a minuta de Acordo de Execução, a celebrar entre o Município de Alcanena e a Freguesia de Minde, para o quadriénio dois mil e dezassete-dois mil e vinte e um, ao abrigo da alínea m), do número um, do artigo trigésimo terceiro, do anexo I, à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, cujo valor anual a transferir é de sessenta e cinco mil novecentos e dois euros e quarenta e três cêntimos.

- Remeter à Assembleia Municipal, para aprovação, ao abrigo da alínea k), do número um, do artigo vigésimo quinto, do anexo Um, à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro.

¹ Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.



- Aprovada a minuta de Acordo de Execução, a celebrar entre o Município de Alcanena e a Freguesia de Moitas Venda, para o quadriénio dois mil e dezassete-dois mil e vinte e um, ao abrigo da alínea m), do número um, do artigo trigésimo terceiro, do anexo I, à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, cujo valor anual a transferir é de vinte e quatro mil quinhentos e três euros e setenta e seis cêntimos.
- Remeter à Assembleia Municipal, para aprovação, ao abrigo da alínea k), do número um, do artigo vigésimo quinto, do anexo Um, à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro.

- Aprovada a minuta de Acordo de Execução, a celebrar entre o Município de Alcanena e a Freguesia de Monsanto, para o quadriénio dois mil e dezassete-dois mil e vinte e um, ao abrigo da alínea m), do número um, do artigo trigésimo terceiro, do anexo I, à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, cujo valor anual a atribuir é de quarenta e um mil trezentos e treze euros e trinta e quatro cêntimos.
- Remeter à Assembleia Municipal, para aprovação, ao abrigo da alínea k), do número um, do artigo vigésimo quinto, do anexo Um, à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro.

- Aprovada a minuta de Acordo de Execução, a celebrar entre o Município de Alcanena e a Freguesia de Serra de Santo António, para o quadriénio dois mil e dezassete-dois mil e vinte e um, ao abrigo da alínea m), do número um, do artigo trigésimo terceiro, do anexo I, à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, cujo valor anual a atribuir é de trinta e um mil novecentos e sessenta e três euros e vinte oito cêntimos.
- Remeter à Assembleia Municipal, para aprovação, ao abrigo da alínea k), do número um, do artigo vigésimo quinto, do anexo Um, à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro.

- Aprovada a minuta de Acordo de Execução, a celebrar entre o Município de Alcanena e a União das Freguesias de Alcanena e Vila Moreira, para o quadriénio dois mil e dezassete-dois mil e vinte e um, ao abrigo da alínea m), do número um, do artigo trigésimo terceiro, do anexo I, à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, cujo valor anual a atribuir é de sessenta e dois mil e oitenta e dois euros e treze cêntimos.
- Remeter à Assembleia Municipal, para aprovação, ao abrigo da alínea k), do número um, do artigo vigésimo quinto, do anexo Um, à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro.

¹ Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.



- Aprovada a minuta de Acordo de Execução, a celebrar entre o Município de Alcanena e a União das Freguesias de Malhou, Louriceira e Espinheiro, para o quadriénio dois mil e dezassete-dois mil e vinte e um, ao abrigo da alínea m), do número um, do artigo trigésimo terceiro, do anexo I, à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, cujo valor anual a atribuir é de oitenta e dois mil novecentos e trinta e quatro euros e quarenta e oito centimos.
 - Remeter à Assembleia Municipal, para aprovação, ao abrigo da alínea k), do número um, do artigo vigésimo quinto, do anexo Um, à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro.
 - Autorizado recorrer-se ao ajuste direto para a Empreitada número três/dois mil e dezassete/DPGOM - Divisão de Planeamento e Gestão de Obras Municipais – Pontão Sobre a Ribeira da Gouxaria, considerando que o preço base é de cento e quarenta e cinco mil cento e vinte e dois euros e noventa centimos, acrescido de IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado, à taxa reduzida em vigor.
 - Remeter à Assembleia Municipal, para autorização de abertura de procedimento concursal, uma vez que a despesa apenas irá dar lugar a encargo orçamental no ano de dois mil e dezoito, conforme se exige no artigo vigésimo segundo do Decreto-Lei número cento e noventa e sete/noventa e nove, de oito de junho, reprimado pela Resolução da Assembleia da República, número oitenta e seis/dois mil e onze, de onze de abril, bem como propor à Assembleia Municipal a autorização do compromisso plurianual, caso a adjudicação venha a ocorrer ainda em dois mil e dezassete.
 - Deliberado aceitar a doação da Biografia do Senhor Álvaro Pinho da Costa Leite, à Biblioteca Municipal de Alcanena, efetuada pela sua família.
 - Reconhecido como indispensável o trabalho realizado pela Proteção Civil, concretamente Bombeiros Municipais de Alcanena e Equipa de Sapadores Florestais, nas situações de flagelo, calamidade pública, motivada por força maior e indispensável a prevenir e/ou reparar prejuízos graves nos vários concelhos do distrito de Santarém.
- Na sequência de tal reconhecimento, autorizado ao abrigo do número seis, do artigo centésimo sexagésimo segundo, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, o pagamento de todo o trabalho, efetivamente prestado para além do período normal de trabalho, aos trabalhadores que seguidamente se indicam, considerando que o trabalho prestado foi superiormente solicitado e reconhecido como indispensável, a nível Nacional, para reforço das equipas de combate a incêndios onde estiveram alocados os seguintes trabalhadores:

¹ Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.



Município de Alcanena

Câmara Municipal

- Jorge António Martinho Frazão;
- Ricardo Jorge Dias Condinho;
- Tiago Carvalho Dias; e
- António Manuel Henriques Ferreira.

E, para constar, se publica o presente Edital e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares de estilo.

A Presidente da Câmara

(Fernanda Maria Pereira Asseiceira)

Documento assinado digitalmente. Esta assinatura digital é equivalente à assinatura autografa¹

¹ Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.